

GENTIOS DE CORSO: OS MURA NA CONQUISTA E COLONIZAÇÃO DO
NORTE DA AMÉRICA PORTUGUESA

Leonardo Guimarães Vaz Dias

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Na virada do século XVII para o XVIII, os índios Mura habitavam o médio rio Madeira e provavelmente não só já tinham conhecimento da presença dos brancos na região, como de suas ferramentas, que eram comerciadas em boa parte da Capitania do Grão-Pará pelos índios das mais variadas etnias. O primeiro registro escrito que temos de sua existência está em uma carta do padre Bartolomeu Rodriguesⁱ, escrita em 1714 e que os situa entre os rios Maeci e Manicoré, afluentes do Madeiraⁱⁱ. Os relatos seguintes foram unânimes em destacar a perícia deste grupo como pescadores e navegadores. No entanto, a característica que ficará marcada a partir de então no imaginário relativo aos Mura é a de temíveis guerreirosⁱⁱⁱ. Também foi muito destacada a sua permanente mobilidade dentro de um determinada região da Capitania, região esta que se veria no século XVIII em processo de expansão, começando no próprio rio Madeira e chegando a atingir uma parte considerável da Capitania do Grão-Pará e, a partir de sua criação, da do Rio Negro. Seu número foi estimado em até 60 mil almas^{iv}. Trata-se claramente de um exagero, no entanto tais estimativas foram possibilitadas pelo intenso movimento e pela rapidez de deslocamento que caracteriza os grupos Mura, o que causava a impressão de um contingente maior que o real, além da possível confusão na determinação das etnias indígenas por parte de brancos nem sempre capazes de diferenciá-las.

Embora o primeiro registro só tenha aparecido em 1714, não demorou muito para que os Mura ficassem conhecidos por toda a capitania. Em 1738 já ocorria uma devassa, a pedido dos jesuítas, contra os Mura intentando a declaração de uma guerra justa, alternativa ao fracasso de uma aproximação pacífica. Mas de onde surgiram as hostilidades? Pelos relatos coevos temos algumas possibilidades, todas bastante críveis e compatíveis com o histórico da conquista e colonização portuguesa^v. Segundo o autor anônimo da “Ilustração necessária...”^{vi}, teria o sargento-mor João de Sousa, conhecido como “mineiro”, sido o primeiro a fazer a travessia entre o Pará e o Mato Grosso, pelo rio Madeira. Este sargento teria entrado em conflito com os Mura e causado uma grande mortandade entre estes, o que teria gerado a inimizade. O padre jesuíta João Daniel, que viveu na região na primeira metade do século XVIII, diz que os Mura “tem esta contínua guerra, não porque coma gente, ou carne humana, mas por ódio entranhável aos brancos, a que estes mesmos deram muita causa...”.^{vii} Curt Nimuendaju cita um ato enganoso cometido por um comerciante português que seqüestrou alguns Mura, depois de ter acordado um descimento pacífico, e os vendeu como escravos.^{viii}

O que é certo é que os conflitos com os Mura trouxeram muitos problemas para os luso-brasileiros. Durante boa parte do século XVIII, os Mura empreenderam assaltos contra os aldeamentos jesuítas e mais tarde contra os Lugares e Vilas, além de promoverem constantes ataques às canoas que iam à coleta no sertão^{ix} e àqueles que faziam o comércio na rota Belém–Vila Bela. Estes ataques eram sempre de surpresa, pois sua estratégia era a emboscada, o que contribuía para a insegurança de moradores e índios aldeados nas missões, Vilas e Lugares do Grão-Pará.

A devassa contra os Mura teve nítidos objetivos econômicos. As várzeas do rio Madeira eram consideradas uma grande reserva para a extração do cacau. Segundo o Padre João Daniel, o rio Madeira era um paiol de cacau, o remédio dos pobres, no entanto a coleta muitas vezes era impedida ou prejudicada por causa dos “índios Muras bravos, e de curso, que o enfestam, e ordinariamente sucedem algumas mortes nas canoas, que lá vão; e por isso fogem de lá”^x. Sendo assim, uma guerra justa contra os Mura representaria uma maior tranquilidade para a coleta das drogas do sertão, como também significaria novos escravos para os moradores, além do mais permitiria uma rota menos perigosa para o contrabando de ouro. Quanto a isto é significativo que a devassa se dirija não somente contra os Mura, mas também contra os índios do rio Tocantins, de forma que se visava os dois rios que permitiam a ligação com as minas, caminhos estes vedados pela Coroa portuguesa naquele momento^{xi}, mas que inevitavelmente era percorrido por aventureiros e comerciantes. Frei Manoel Borges, Comissário Geral dos Mercedários e membro da Junta das Missões vai lembrar em seu parecer algo que pode ter sido decisivo para a decisão de D. João V:

“No que respeita ao gentio do rio Tocantins como V. Majestade não é servido se faça por ele caminho para as minas novas, todo o dano que fizerem aos que por ali descerem, é serviço que a V. Majestade fazem [...]”

Assim sendo, além do caráter econômico, a relação com os Mura vai ganhar uma feição cada vez mais política por causa da posição estratégica do eixo Madeira-Guaporé^{xii} nos conflitos fronteiriços com a América hispânica. A posse da região era considerada vital para a segurança das minas. A devassa conseguiu colher o depoimento de trinta e três testemunhas, que fizeram relatos provavelmente encomendados^{xiii} e quase todos de “ouvir dizer”. Apesar dos interesses de religiosos e moradores, D. João V não considerou justa nem necessária a guerra contra os Mura. Nos debates em torno da devassa é levantada inclusive a função estratégica destes índios bravos no impedimento do tráfego pelo caminho do ouro, para Vila Bela e Cuiabá, impedido naquele momento^{xiv}, que traduz a prioridade metropolitana neste caso, em detrimento dos interesses dos moradores coletores.

A partir do século XVIII é possível constatar uma fase de movimentação mais intensa por parte dos Mura. No início deste século ocorre uma expansão territorial em direção ao norte e ao sul do Madeira, e para oeste em direção ao rio Purus. Tal movimentação foi permitida pelo escasso

povoamento da região, uma vez que as grandes etnias da região como os Tapajó e os Iruri haviam sido dizimadas pelo contato com o branco. Houve também motivação na presença portuguesa, muito embora não devamos deixar de lembrar que tais deslocamentos eram comuns antes da chegada dos brancos e que tais elementos também devem ter influenciado nas movimentações.^{xv} Estes deslocamentos eram causados por relações de comércio, ascendência e conflitos entre as etnias nativas, e a chegada dos brancos trouxe um elemento modificador destas relações por seu poder bélico, suas doenças e suas ferramentas, tornando-a mais dinâmica. A expansão Mura atingiu o seu auge na década de 70 do século XVIII quando entra em choque com a expansão Munduruku. Nesta altura os Mura eram vistos e imaginados em quase todas as vias fluviais entre os rios Tapajós e Juruá.

Representados no imaginário colonial e europeu através de fontes que iam de um poema^{xvi} aos registros de expedições científicas, os Mura foram sempre qualificados como selvagens, bestiais e bárbaros. Seriam, segundo estas fontes, inimigos da civilização, uma população hostil e que acima de tudo consistia em um empecilho à colonização nas Capitanias do Grão-Pará e Rio Negro. Eram conhecidos como “gentios de corso”, expressão criada a partir da associação permitida pela imagem de uma vida nômade, ligada à navegação dos rios e aos saques de povoações e embarcações. Atacavam com bastante eficácia as canoas dos moradores e comerciantes, utilizando uma tática de emboscada que surpreendia invariavelmente os efetivos luso-brasileiros, apesar de não utilizarem armas de fogo^{xvii}.

Eram sempre retratados como vagabundos, desprovidos de lei e de autoridade. Todas estas qualificações dos índios Mura eram resultado de relatos que refletiam uma construção de imagem que se deu durante o século XVIII, e que se encontra consolidada, no final do século, nos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira, do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, do sargento-mor João Henrique Wilckens e do tenente-coronel João Baptista Mardel, além de naturalmente muitos outros perdidos com o tempo. Os qualificativos citados haviam virado um senso comum sobre os Mura.

Uma característica importante e destacada dos Mura era a absorção de índios de outras etnias já aldeados. Estes, ao fugir dos aldeamentos, se integravam aos Mura uma vez que muitas vezes seu grupo de origem já havia sido completamente desestruturado. Este processo ficou conhecido como “murificação”^{xviii}, e por si só representava grande perigo aos interesses luso-brasileiros. Afinal criava-se um novo pólo aglutinativo, uma alternativa à colonização lusa. E quanto a isto já havia uma preocupação lusa que remontava ao Quilombo dos Palmares. A murificação também se efetuava com índios capturados através de guerras^{xix}, que como prisioneiros com o tempo se integravam ao grupo Mura, adquirindo inclusive os caracteres culturais; e também de grupos desestruturados pela ofensiva luso-brasileira, como os Iruri e os Jumana^{xx}. Em várias

fontes relata-se o hábito Mura de capturar mulheres e crianças que acabariam por se incorporar à sociedade captora. A origem externa dos “murificados” não significava uma posição subordinada na sociedade, uma vez que muitos deles se destacavam e o maior exemplo foi Ambrósio, índio “murificado” que desempenhou papel central no processo de pacificação dos Mura, atuando como intermediário com os luso-brasileiros.

Ao processo de incorporação de outras etnias pelos Mura, inclusive de negros, junta-se a expansão Mura. Eles são relatados como presentes em um gigantesco território que cobria boa parte dos rios Amazonas e Solimões, desde a embocadura do rio Tapajós, até o rio Juruá, adentrando aos rios Madeira, Negro, Japurá e Purus, além de uma infinidade de rios menos expressivos, tendo como localização central provavelmente a região dos Autazes, local repleto de lagos e intrincados rios menores, entre os rios Madeira e Purus, que dificultavam qualquer diligência repressora. Todavia é necessário salientar que este território representava um espaço de deslocamento utilizado por pequenos grupos Mura e também que os Mura utilizavam quase que unicamente os rios e as várzeas, não adentrando profundamente nas florestas. Os grupos Mura eram independentes entre si e sem uma chefia central, como até hoje se verifica entre os Pirahã^{xxi}; possuíam pequenas diferenças culturais, mas se reconheciam e eram reconhecidos como Mura. Ou seja, havia vários grupos Mura, que mantinham contato esporádico, mas que se viam como uma unidade que se refletia na identidade Mura. Esta estrutura social foi durante todo o período de colonização responsável pelas dificuldades de repressão e controle das forças portuguesas^{xxii}, e, também, provavelmente pela maleabilidade da política Mura.

O medo freqüente de ataques dos Mura também fez com que os luso-brasileiros identificassem, erroneamente, outros índios selvagens como índios Mura. De forma que fica difícil estabelecer um número concreto para a população Mura, embora esta seja com certeza menor do que a estimada nos relatos coevos, marcadas pelo imaginário permeado de medo dos moradores.

Este medo presente nos principais rios da Capitania de São José do Rio Negro, gerado pelas incertezas quanto ao número de índios e do espaço que ocupavam acompanhados da fama de barbaridade e ferocidade^{xxiii} dos Mura, também acabava por impedir um melhor desempenho das plantações dos moradores que tinham receio de sair das vilas ou lugares para cuidar da roça. O ouvidor Sampaio ressalta sempre em seu diário este problema: “[...] o gentio Mura não deixa estender as culturas, fazendo contínuas incursões sobre as roças, chegando às mais próximas da vila [Ega]”^{xxiv}. De forma que em todo relato explicativo de uma má colheita dois culpados eram sempre citados: os Mura e as formigas.

Todo este imaginário de um inimigo onipresente^{xxv} e extremamente perigoso povoava, sem dúvida, a cabeça dos moradores luso-brasileiros. Podemos perceber tal imaginário transbordante no épico de Wilckens:

*“Na densa treva assim, da adversidade
Do terror, do receio, e da incerteza,
Vivia absorto o Povo da Cidade,
Das Vilas; do Sertão, em que a fereza
Dos bárbaros Muras, sem piedade,
Amontoando estragos, sem defesa
Achava o vigilante, e o descuidado;
De todos sendo igual a sorte, o fado.”^{xxvi}*

Todavia, devemos relativizar esta ameaça, que embora existente não era o motivo único dos insucessos luso-brasileiros. No diário do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, enquanto o ouvidor efetivava as visitas às povoações da Capitania do Rio Negro percebe-se o temor que acompanha a viagem e a vida dos moradores das Vilas e Lugares. Mas apesar de sua longa viagem, por muitos rios habitados pelos Mura, o encontro nunca ocorre, e parece que os maiores inimigos são mesmo os mosquitos que infernizam sua viagem^{xxvii}. Apesar de tudo, porém, percebe-se indiretamente a presença e a ameaça Mura na região.

Os Mura ficaram conhecidos pela sua implacável resistência ao avanço português. Embora frequentemente reprimidos pelas expedições luso-brasileiras estavam sempre se expandindo e ameaçando a colonização lusa. Eram inimigos temíveis e foram fonte de preocupação para moradores, religiosos e administradores luso-brasileiros durante mais de meio século. Atacavam os comboios de canoas dos comerciantes e os estabelecimentos dos luso-brasileiros, criavam obstáculos ao caminho fluvial que ligava Belém a Mato Grosso e aterrorizavam moradores. No entanto sua política frente aos brancos não foi sempre a de enfrentamento. Ela respondeu ao processo histórico instável daquele período.

Em 1784, houve uma mudança radical na política Mura. Um grupo surgiu em um vilarejo, buscando a paz, o que causou surpresa e desconfiança entre os luso-brasileiros^{xxviii}. Ao mesmo tempo que desconfiavam das intenções dos Mura, não podiam desprezar esta aliança, de forma que o capitão-general João Pereira Caldas, ex-governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro e encarregado pelas demarcações do rio Negro, tomou o cuidado de sempre orientar os administradores atuantes na pacificação a tomarem todos os cuidados para não desgostarem os Mura, solidificando a aliança com o passar do tempo. Tal postura, de aproximação, se reflete também na preocupação em não forçá-los ao trabalho, e de permitir escolhas quanto aos locais de aldeamento.

Outra constante no processo de formação de aliança com os grupos Mura é o uso que estes indígenas fazem desta aproximação, e dos benefícios que tal conjuntura podia proporcionar. Os Mura conquistaram uma condição que não era comum entre os índios aldeados. Pelos relatos, percebe-se que a ausência nos aldeamentos era uma constante. Os Mura, em geral, estavam quase sempre fora dos aldeamentos, muitas vezes se negavam a fazer casas ou roças, e sua presença só era

usual nos momentos de colheita da safra, ou quando se sentiam ameaçados por outras etnias ameríndias, em especial pelos Munduruku. Se para muitos índios, o aldeamento significava uma mudança socio-cultural radical, para os Mura isto estava longe de acontecer.

Inimigos irreduzíveis e depois aliados dos portugueses e por fim novamente inimigos terríveis^{xxxix}. Mais um exemplo da famosa inconstância indígena?^{xxx} Para muitos luso-brasileiros esta mudança era obra da intervenção divina. Entre os pesquisadores do assunto os motivos mais lembrados foram a implacável repressão que sofriam por parte de tropas luso-brasileiras e os ataques agora constantes dos Munduruku contra eles. Para os que viveram a situação, a presença Munduruku não poderia passar despercebida, era evidente demais^{xxxi}. Os Munduruku habitavam a princípio o alto rio Tapajós, expandindo-se na segunda metade do século XVIII em direção ao baixo Tapajós e posteriormente até o baixo Madeira, entrando em conflito com diversos grupos étnicos e por fim com os Mura. Grupo tupi, os Munduruku eram antropófagos ao contrário dos Mura, e acabaram por criar os mesmos problemas para os luso-brasileiros que até então vinham causando os Mura. Sua pacificação se deu na década de 1790 e a partir de então foram fiéis aliados dos portugueses. O governador do Grão-Pará, em 1788, Martinho de Souza Albuquerque não deixou de perceber o papel dos Munduruku na pacificação Mura:

“A mesma nação dos Mura habitantes do Rio Madeira, em outro tempo temida também pelo seu grande número, e hostilidades, que praticavam, é aquela que hoje obrigada dos Munduruku com quem tem guerra, se viu precisada a fazer conosco essa aparente paz, sobre a qual eu nem conto, nem considero se não como dispendiosa, e ainda mesmo arriscada, à vista da grande inconstância, que se lhe está sempre observando, não obstante as mais positivas ordens de bom trato, e de tolerância, dirigidas a agradá-los, e persuadi-los da diferença, que há entre uma vida silvestre, uma vida sociável.”^{xxxii}

A expansão Munduruku crescia e os conflitos com os Mura eram cada vez mais frequentes, muitas vezes com desvantagem para os últimos. De todos os fatores apontados para a mudança de política Mura, o conflito com os Munduruku era o único que não já estava presente a pelo menos cinquenta anos e nos documentos pode-se perceber a sua importância. Além do que a opção pela pacificação era uma comum escolha entre os grupos étnicos que se encontravam em desvantagens bélicas contra seus inimigos indígenas. No entanto, não foi este o elemento que determinou a primeira aproximação Mura. Não devemos nos esquecer que os primeiros grupos Mura a procurarem a pacificação com os portugueses foram aqueles situados no rio Japurá, local oposto ao da crescente pressão Munduruku. Sendo assim, da mesma forma que é inegável o papel da expansão Munduruku nos descimentos Mura da região do Madeira, esta influência foi provavelmente nula nos primeiros contatos de pacificação. O que parece ter ocorrido é uma nova

postura destes Mura quanto aos possíveis benefícios a serem conquistados em um processo de pacificação com os luso-brasileiros. Os Mura ocupavam uma posição estratégica na geopolítica portuguesa e, desta forma, conseguiam uma posição privilegiada em uma negociação com os luso-brasileiros, uma vez que já haviam mostrado que não podiam ser simplesmente eliminados ou descidos à força. Além disto, a experiência bem sucedida destes primeiros contatos deve ter contribuído para a estratégia dos Mura que eram combatidos pelos Munduruku. É difícil estabelecer o nível de relacionamento entre estes grupos tão distantes de Mura, embora saibamos que se comunicavam com destreza, e provavelmente a experiência de pacificação deve ter se espalhado, até porque esta foi uma das atividades efetuadas pelo interlocutor Mura Ambrósio na tentativa de trazer novos grupos para a aliança com os luso-brasileiros.

Para os portugueses aquela opção dos Mura era uma surpresa agradável e ao mesmo tempo suspeita, considerando as dificuldades que tiveram em torná-los amigos. Mas a utilidade de tal aliança era grande e não se podia perder a oportunidade. A partir daquele primeiro contato e dos que se seguiram nos anos seguintes a ordem era sempre a mesma: presenteá-los, agradá-los, não os maltratar, não fazer nada que pudesse desgostar os Mura fazendo-os retornar para a floresta, ou pior levá-los aos espanhóis. Esta preocupação é recorrente nas cartas das autoridades luso-brasileiras, havendo sido levantada a idéia, que não se sabe até onde foi implementada, de se educar os filhos de Principais Mura numa estratégia de solidificação da aliança, que já podia ser percebida como suscetível de alterações conforme os interesses dos Mura.

Nos acostumamos a ver, na historiografia, os portugueses como causadores de todas as desgraças indígenas, mas a visão maniqueísta da oposição entre bem e mal não é muito útil para a compreensão das vicissitudes humanas. E uma visão unilateral, lusófila, também acaba por deturpar ou omitir as motivações por parte das opções indígenas. No caso dos Mura, parece claro que o responsável pela maior mudança de sua estratégia política, num primeiro momento tenha sido a percepção de seu poder de negociação a partir de sua posição estratégica quanto às fronteiras entre a América hispânica e a portuguesa, somando-se a isto o quadro de conflitos com os Munduruku temos os fatores principais para a determinação da estratégia Mura, opções que de nenhuma maneira representavam a única opção, e que de forma alguma estavam sendo determinadas pelos portugueses.

Os Munduruku foram inimigos temidos por diversas etnias na área do Madeira-Tapajós. Famigerados caçadores de cabeça, acabaram por representar o mal maior para os Mura. Neste momento, a aliança com os portugueses parecia significar a melhor opção. Até porque já havia uma percepção de que a vida dos aldeamentos a princípio, para os Mura, não diferiria muito de seu estilo de vida anterior.

Podemos inferir da política Mura algumas observações. Os Mura foram uma das etnias que mais ofereceram resistência bélica contra os luso-brasileiros. Em um primeiro momento optaram pelo confronto; as primeiras experiências de contato com os brancos não foram positivas e desta forma, acreditaram que a melhor opção era se manterem independentes. No entanto, o quadro político-social na região em questão era extremamente complexo, com dezenas de etnias diferentes se relacionando, o que tornava as conjunturas demasiadamente instáveis. Para além do relacionamento entre brancos e índios Mura, havia alianças, trocas, festas, casamentos e guerras entre estas dezenas de grupos indígenas, e, não há dúvida, toda esta rede social era responsável pelas mudanças de percepção dos Mura com relação às suas estratégias. O avanço Munduruku, era, inegavelmente, uma nova variável para os Mura e que se mostraria determinante para alguns grupos. Outros já anteviam o poder de negociação que os Mura haviam adquirido com sua posição estratégica e com seu poder de resistência bélica. Nesta nova opção política Mura, a aliança com os luso-brasileiros, não significou uma simples submissão aos interesses destes. Os Mura souberam manejar de forma eficaz o interesse luso-brasileiro em sua pacificação. Assim, nos relatórios dos administradores coloniais se percebe que eles usufruíam de uma autonomia que poucos grupos indígenas haviam conseguido junto aos brancos, como a escolha do local de aldeamento; a reiterada ausência dos estabelecimento, em especialmente em períodos de trabalho mais intenso; ou a não participação nos repartimentos de mão-de-obra. Não há dúvida que esta posição foi conquistada graças a importância estratégica que a redução Mura adquiriu como consequência de sua tenaz resistência e de sua posição geográfica. Juntamente com alguns benefícios, os Mura reforçaram sobremaneira seu poder de defesa frente aos Munduruku.

Num relato anônimo^{xxxiii} datado de 1826, o autor enquanto lamenta a situação de abandono dos Mura e do prejuízo que a Coroa incorre ao negligenciar esta etnia, ressalta que a paz “até agora continua de parte a parte”. No entanto, a história continuaria a dar suas voltas, e os Mura retornariam a se opor ao poder luso tendo um papel de destaque na revolta da Cabanagem. E a sua luta pela sobrevivência segue até hoje. Talvez nem sempre as escolhas tenham sido as melhores, mas foram as suas escolhas.

ⁱ Biblioteca Nacional – Documento II-32,16,018 – Carta do Padre Bartholomeu Rodrigues ao Provincial Jacintho de Carvalho, de 02 de maio de 1714

ⁱⁱ Os Mura falavam uma língua considerada em geral como isolada. Greg Urban, todavia, a classifica como uma família, onde inclui a língua Mura e a Pirahã, o que não o contrapõe aos demais lingüistas, uma vez que os Pirahã são um subgrupo Mura. Cf. URBAN, Greg. “A História da Cultura Brasileira segundo as Línguas Nativas”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Urban em seus estudos lingüísticos também localiza a origem Mura mais a montante no Madeira.

ⁱⁱⁱ Para se compreender um pouco do papel da guerra na sociedade Mura é necessário ler os trabalhos etnográficos de Marco Antônio Gonçalves sobre os Mura-Pirahã, que trazem informações a partir da memória do grupo sobre os *Euebihiai*, antigo grupo de guerreiros e matadores, e da relação entre morte de inimigos, onomástica e cosmologia. Muito resumidamente, podemos lembrar que para este grupo étnico, o guerreiro, matador, tem um papel só equiparável ao do xamã, pois só eles podem produzir, através da nominação, um outro nível de existência para as pessoas, garantindo seus destinos e deixando de “ser simplesmente corpos”. Ver: GONÇALVES, Marco Antônio Teixeira. *O*

Mundo Inacabado: ação e criação em uma cosmologia amazônica. Etnografia Pirahã. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

^{iv} Número citado por: “Ilustração necessária, e interessante, relativa ao gentio da nação Mura”, 1826. In: MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

^v Os documentos trazem inúmeras referências às atitudes desleais e criminosas de luso-brasileiros que alimentavam as hostilidades dos Mura.

^{vi} “Ilustração necessária, e interessante, relativa ao gentio da nação Mura”, 1826. In: MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

^{vii} DANIEL, João. “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 95, t. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, p. 264.

^{viii} NIMUENDAJU, Curt. “The Mura and Piraha”. In: STEWART, Julian H. (editor). *Handbook of South American Indians*. v. 3. Washington: US Government Printing Office, 1948.

^{ix} Segundo o jesuíta João Daniel, as maiores vítimas nos ataques contra canoas de coleta eram os índios “mansos”, que por estarem ocupados como remeiros tinham menos opções de defesa, assim como quando estavam dispersos nos matos coletando. Ver: DANIEL, João. “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 95, t. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, p. 64-8.

^x DANIEL, João. “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 95, t. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, p. 63.

^{xi} Em 1733, um Decreto régio proibiu o contato entre os Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará para impedir o êxodo dos povoados do Pará e garantir o controle alfandegário sobre o ouro. Este decreto foi revogado em 1752 liberando o Madeira-Guaporé e proibindo-se qualquer outra rota de ligação entre as duas capitanias, interdição esta que persistiu até 1790.

^{xii} O rio Madeira representava a ligação com as minas da América portuguesa. Por um lado representou, depois de reaberto o caminho fluvial, uma via, entre Mato Grosso e Pará, que era percorrida na metade do tempo que a que era utilizada para o Rio de Janeiro (o caminho pelo Tapajós era considerado mais difícil pelo maior número de cachoeiras, apesar de encurtar a viagem em cerca de 200 léguas); por outro lado se não consolidada a posse portuguesa, poderia se transformar no melhor caminho para uma invasão espanhola.

^{xiii} A grande maioria dos testemunhos eram repetitivos e feitos por moradores de Belém que jamais haviam estado no rio Madeira.

^{xiv} O principal motivo alegado para a interdição das rotas entre Belém e Vila Bela ou Cuiabá era o de se evitar o despovoamento do Grão-Pará. Todavia, os argumentos a favor da liberação principalmente aqueles relativos à necessidade de se explorar e povoar uma região que se disputava com a Coroa espanhola vão preponderar.

^{xv} Para um painel mais amplo e completo da mobilidade indígena na área Madeira-Tapajós ver: MENÉNDEZ, Miguel A. “Uma Contribuição para a Etno-história da Área Tapajós-Madeira”. In: *Revista do Museu Paulista*, nova série, volume XXVIII. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981/1982.

^{xvi} WILCKENS, Henrique João. “Muhuraida ou O Triunfo da Fé”, 1785. In: AMOROSO, Marta Rosa. *Guerra Mura no século XVIII: versos e versões, representações dos Mura no imaginário colonial*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1991.

^{xvii} Segundo João Henrique Wilckens, autor do poema épico Muhuraida, eles tinham horror às armas de fogo, e quando conseguiam pegar alguma a destruíam, usando pedaços de ferro para as pontas de suas flechas. Sua arma principal era o arco e flecha.

^{xviii} A murificação foi um processo intenso de transculturação que infelizmente não há como ser estudado profundamente devido às limitações das fontes. As relações sociais e culturais que provocavam esta ruptura de fronteiras étnicas talvez tenham sido um dos processos mais ricos da história brasileira.

^{xix} João Henrique Wilckens, militar integrante da Comissão Portuguesa de Demarcações e autor do poema épico sobre os Mura em seu diário de viagem fala sobre o uso de prisioneiros para a produção de flechas e o uso de agressão física contra os que não terminavam o serviço. Ver: WILCKENS, Henrique João. “Diário da Viagem que fez Henrique João Wilckens Sargento Maior de Artilharia commercial de Engenheiro e Segundo Commisário da 4ª Divisão de Limites, Portuguesa e Hespagnhola ao antecipado exame do Rio Jupurá, partindo da Villa de Ega no dia 23 de fevereiro de 1781, por Ordem de Sua Magestade”. In: AMOROSO, Marta Rosa. *Guerra Mura no século XVIII: versos e versões, representações dos Mura no imaginário colonial*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1991.

^{xx} Ver: NIMUENDAJU, Curt. “The Mura and Piraha”. In: STEWART, Julian H. (editor). *Handbook of South American Indians*. v. 3. Washington: US Government Printing Office, 1948.

^{xxi} Para uma abrangente e interessante etnografia Pirahã ver: GONÇALVES, Marco Antônio Teixeira. *O Mundo Inacabado: ação e criação em uma cosmologia amazônica. Etnografia Pirahã*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

^{xxii} O Padre João Daniel cita a dificuldade das tropas em encontrar os Mura para puni-los, pois não tinham “domicílio certo” e que só conseguiam pegar alguns “desgarrados”. Ver: DANIEL, João. “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 95, t. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, p. 264-5. Esta estrutura muito provavelmente também contribuiu para minorar os efeitos das devastadoras epidemias resultantes da chegada dos brancos e negros.

^{xxiii} Os ataques dos Mura eram considerados aterrorizantes, apesar de não serem antropófagos, pois mutilavam as vítimas. Vale lembrar que os Mura faziam uso do Paricá, alucinógeno que os deixava bastante agressivos, gerando inclusive conflitos internos. Com a expansão lusa a cachaça também teria este papel.

^{xxiv} SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. “Diário da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma...” e “Apêndice ao Diário da Viagem”. In: *As Viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)*. Manaus: ACA – Fundo Editorial, 1985.

^{xxv} Somente na viagem do ouvidor Sampaio são os Mura são dados como habitando os seguintes rios: Madeira, Manacapuru, Arú, Mamiá, Coarí, Catuá, Caiamé, Tefé, Jupurá, Purus, Cudaiás, Negro, Jaú, Unini; e os lagos Cudaiás e Amaná. Sua presença era sentida em praticamente todos os afluentes do Amazonas entre os rios Tapajós e Madeira.

^{xxvi} WILCKENS, Henrique João. “Muhuraida ou O Triunfo da Fé”, 1785. In: AMOROSO, Marta Rosa. *Guerra Mura no século XVIII: versos e versões, representações dos Mura no imaginário colonial*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1991, p. 195.

^{xxvii} SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. “Diário da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma...” e “Apêndice ao Diário da Viagem”. In: *As Viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)*. Manaus: ACA – Fundo Editorial, 1985.

^{xxviii} A aproximação se deu de início através de Mathias Fernandes, o Diretor do Lugar de Santo Antônio do Imari, um estabelecimento situado no rio Japurá.

^{xxix} Com o tempo, os Mura voltam a se afastar das povoações portuguesas, e por fim terão papel de destaque ao lado dos revoltosos da Cabanagem.

^{xxx} Para uma ótima análise sobre a “inconstância” indígena ver: CASTRO, Eduardo Viveiros de. “O Mármore e a Murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. In: *Revista de Antropologia*, v. 35. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

^{xxxi} Os documentos compilados nos ofícios dirigidos por João Pereira Caldas, ex-governador e capitão-general do Grão-Pará e Rio Negro e encarregado da execução do Tratado Preliminar de Paz e Limites entre as Coroas de Portugal e Espanha ao secretário de estado de Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro são ricos em relatos quanto ao papel dos Mundurucu na redução Mura. Tal documentação encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino – Manuscritos da Capitania do Rio Negro.

^{xxxii} Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Manuscritos. Códice 7.3.30. Doc. nº1.

^{xxxiii} “Ilustração necessária, e interessante, relativa ao gentio da nação Mura”, 1826. In: MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.